

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM SISTEMA DE GOVERNANÇA TERRITORIAL: ATUAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA¹

Giovana Paludo Giombelli²

 <https://orcid.org/0000-0002-4414-6891>

Andréia Tecchio³

 <https://orcid.org/0000-0003-0283-9996>

Valdete Boni⁴

 <https://orcid.org/0000-0002-7568-1053>

RESUMO

Na região oeste de Santa Catarina, a presença de agricultores familiares garantiu a base produtiva que viabilizou a criação de grandes agroindústrias do setor agroalimentar. Nesse processo, conhecido como “modernização”, grande parcela desses agricultores familiares foi excluída e, para permanecer no campo, iniciaram uma atuação sociopolítica que resultou na formação de lideranças que organizaram movimentos sociais e sindicais, instituições de assessoria técnica e cooperativas para auxiliar a produção de base familiar e agroecológica. Nesse contexto, foi criada a Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara) para viabilizar o acesso a recursos e serviços financeiros, e dinamizar novas experiências produtivas e comerciais. A Cooperativa criou o Fórum das Entidades da Agricultura Familiar, que é uma estrutura de governança de estratégias socioprodutivas e políticas de agricultores familiares. O objetivo deste artigo consiste em analisar como a Crediseara, ao assumir a condição de agente de desenvolvimento, favorece a promoção de sistemas alimentares territorializados. A pesquisa ocorreu entre 2019 e 2021 e a metodologia utilizada contempla pesquisa documental e de campo, com entrevistas e observação participante. A governança de sistemas agroalimentares empreendida pela Cooperativa e pelo Fórum resulta do percurso histórico dos atores mobilizados, tendo em conta as institucionalidades próprias do território. Está em curso a construção de um sistema de governança que articula organizações sociais, negocia políticas públicas e fomenta o debate com setores urbanos sobre a qualidade da alimentação e o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Governança. Sistemas Alimentares. Território. Cooperativa de Crédito. Liderança.

¹ Este artigo resulta de atividades nos projetos “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável” e “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00), Edital de Chamada Pública FAPESC n. 12/2020 (Termo de Outorga Nº 2021TR000531) e “Educação em cooperativas de crédito rural solidárias em Santa Catarina”, aprovado no Edital CNPQ/Sescoop. Ademais, é uma versão adaptada de um capítulo de livro a ser publicado em francês e português, cujos respectivos títulos são “Systèmes Alimentaires et Territoires au Brésil” e “Sistemas alimentares e territórios no Brasil. As autoras agradecem aos professores Ademir Antonio Cazella, Fábio Luiz Búrgio e Marcelo Antônio Conterato pela participação na elaboração dos capítulos.

² Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR-UFFS). Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS). Membro do LEMATE/UFSC. E-mail: gp.giombelli@gmail.com.

³ Doutora em Ciências Sociais (Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade-CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ). Pós-Doutoranda no Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD), em parceria com o PPGA/UFSC. Membro do LEMATE/UFSC. E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Sociologia Política (UFSC). Professora na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Membro do LEMATE. E-mail: valdete.boni@uffs.edu.br.

THE SOCIAL CONSTRUCTION OF A TERRITORIAL GOVERNANCE SYSTEM: PERFORMANCE OF A COOPERATIVE OF RURAL CREDIT IN THE WEST REGION OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

In the western region of Santa Catarina, the presence of family farmers guaranteed the productive base that made possible the creation of large agribusinesses in the agrifood sector. In this process, known as "modernization", a large portion of these family farmers were excluded and, to resist in the field, they started a sociopolitical reorganization, which resulted in the formation of leaders who organized social and syndical movements, technical assistance institutions, and rural credit cooperatives to help the family-based and agro-ecological production. In this context, the Seara Rural Credit Cooperative (Crediseara) was created to enable access to resources and financial services, and to stimulate new productive and commercial experiences. The Cooperative created the Forum of Family Farming Entities, which is a governance structure for family farmers' productive strategies. The objective of this article is to analyze how Crediseara, by assuming the condition of development agent, favors the promotion of territorialized food systems. The research took place between 2019 and 2021 and the methodology used contemplates documentary and field research, with interviews and participant observation. The governance of agrifood systems undertaken by the Cooperative and the Forum results from the historical path of the mobilized actors, taking into account the territory's own institutionalities. A governance system is being built that articulates social organizations, negotiates public policies, and fosters debate with urban sectors about food quality and sustainable territorial development.

Keywords: Governance. Food Systems. Territory. Credit Cooperative. Leadership.

LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE UN SISTEMA DE GOBERNANZA TERRITORIAL: ACTUACIÓN DE UNA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL EN LA REGION OESTE DE SANTA CATARINA

RESUMEN

En la región oeste de Santa Catarina, la presencia de agricultores familiares ha garantizado la base productiva que permitió la creación de grandes agroindustrias en el sector agroalimentario. En este proceso, conocido como modernización, gran parte de estos agricultores quedaron excluidos y, para resistir en el campo, iniciaron una reorganización sociopolítica, que resultó en la formación de líderes, que organizaron movimientos sociales y sindicatos, instituciones de asesoría técnica y cooperativas de crédito rural para apoyar la producción familiar y agroecológica. En este contexto, se ha creado la Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara) para tornar posible el acceso a recursos y servicios financieros y estimular nuevas experiencias productivas y comerciales. La Cooperativa creó el Foro de Entidades de Agricultura Familiar, que es una estructura de gobernanza de las estrategias productivas de los agricultores familiares. El propósito de este artículo es analizar cómo la Crediseara, al asumir la condición de agente de desarrollo, estimula la promoción de sistemas alimentarios territorializados. La investigación se desarrolló en los años 2019 hasta 2021 y la metodología utilizada incluye investigación documental y de campo, con entrevistas y observación participante. La gobernanza de los sistemas agroalimentarios emprendida por la Cooperativa y el Foro resulta de la trayectoria histórica de los actores movilizados, teniendo en cuenta las características institucionales del territorio. Está en marcha la construcción de un sistema de gobernanza que articule a las organizaciones sociales, haga negociaciones acerca de las políticas públicas y promueva el debate con los sectores urbanos a cerca de la calidad de la alimentación y el desarrollo territorial sostenible.

Palabras clave: Gobernanza. Sistemas Alimentarios. Territorio. Cooperativa de Crédito. Liderazgo.

INTRODUÇÃO

A “modernização” da agropecuária, fomentada a partir da década de 1960, atrelava um conjunto de intervenções públicas e privadas para a criação dos complexos agroindustriais (Graziano da Silva, 1982). Na região Oeste de Santa Catarina, a marcada presença de agricultores familiares garantiu a base produtiva que viabilizou a criação de grandes agroindústrias, em especial de abate e transformação de aves e suínos. No decorrer do século XX, essas agroindústrias tornaram-se conglomerados econômicos, privados e cooperativos, cujas marcas comerciais têm, até hoje, reconhecimento nacional e internacional: Sadia e Perdigão (BRF Brasil Foods/BRF), Seara (JBS), Aurora Alimentos, entre outras. Contudo, a expansão dessas agroindústrias também gerou uma seletividade dos agricultores produtores de matérias-primas a elas integrados.

Assim, na década de 1980, uma parcela de agricultores familiares excluída desse processo de “modernização” empreendeu diversas iniciativas de organização sociopolítica, fortemente apoiada pela Igreja Católica e, em particular, pelo Bispo Dom José Gomes⁵. Naquele período, a Teologia da Libertação, um movimento socioeclesial que surgiu na década de 1960, auxiliava populações pobres e oprimidas por meio da luta por direitos em toda a América Latina. Para tanto, organizava e formava lideranças nas Comunidades Eclesiais de Base. Essas estão na origem de diversos movimentos sociais, a exemplo dos trabalhadores rurais sem-terra, mulheres camponesas, atingidos por barragens e de renovação do sindicalismo rural. Os atuais Sindicatos da Agricultura Familiar (Sintraf) filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) têm um marcante protagonismo político na região e aglutinam diversas experiências associativas, que derivam dessas organizações sociais.

Nos anos 1990, no oeste catarinense, as lideranças formadas na reorganização sociopolítica, iniciada na década anterior, também deram origem a novas institucionalidades voltadas à construção de projetos alternativos de desenvolvimento rural. Entre as experiências mais expressivas, destaca-se a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), criada em 1989 em Chapecó, município polo da região. A Apaco tem o objetivo de prestar assessoria técnica, política e administrativa a grupos de agricultores familiares, incentivando a construção de novas práticas e habilidades de cooperação (Sennet, 2012; Búrigo; Rover; Ferreira, 2021). A partir de meados de 1990, em parceria com outras organizações rurais, passou a incentivar a criação de agroindústrias familiares,

⁵ Dom José Gome foi bispo da Diocese de Chapecó entre os anos de 1968 a 1999, sendo este o período mais marcante da Igreja na região, especialmente no que se refere à organização da Pastoral da Juventude. Essa pastoral era organizada tanto no campo como nas cidades. Graças ao engajamento de muitos jovens na Pastoral da Juventude Rural, nas décadas de 1970 e 1980, formaram-se quadros de lideranças políticas e de movimentos sociais. As lideranças entrevistadas nesta pesquisa tiveram sua formação nesse espaço.

via a estruturação de unidades de beneficiamento descentralizadas e a constituição de cooperativas e formas de acesso a políticas públicas para dar suporte a essas iniciativas.

Outra ação empreendida pela Apaco foi a constituição de cooperativas de crédito rural, sendo uma delas a Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara), fundada em 1994. Desde a sua origem, esta Cooperativa promove o acesso a recursos e serviços financeiros e incentiva diferentes formas de cooperação, dinamizando assim a geração de novas experiências produtivas e comerciais entre os associados. Desse modo, a Crediseara estimula a construção de projetos que possam impulsionar o desenvolvimento do território onde atua.

Ao avançar suas ações para questões que não se limitam à prestação de serviços e produtos financeiros, a Crediseara faz valer o sétimo princípio universal do cooperativismo, segundo o qual as cooperativas devem fortalecer o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atua. No caso aqui analisado, observa-se que esse princípio se expressa essencialmente pelo reforço da ação coletiva institucionalizada em torno de sistemas agroalimentares territorializados. Esses sistemas se caracterizam por mobilizar distintos atores e formas de proximidades, bem como por fomentar a cooperação entre as unidades implicadas nos processos produtivos, de transformação e comercialização. Nesse sentido, em 2008, a Cooperativa participou ativamente da criação do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara, composto por organizações da sociedade civil ligadas à agricultura familiar e representante da estruturação, ainda embrionária, de um sistema de governança territorial.

Para analisar essa iniciativa, neste artigo adota-se o enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), formulado por Pecqueur (2001) e Mollard (2001). Este enfoque contempla iniciativas de atores territoriais que se organizam com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de produtos e serviços de qualidade, ao valorizar, principalmente, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural (Cazella *et al.*, 2020). Nesse contexto, o objetivo geral deste artigo consiste em analisar como uma cooperativa do ramo financeiro, ao assumir a condição de agente de desenvolvimento, favorece a promoção de sistemas alimentares territorializados. De forma específica, pretende-se compreender quais são e como se articulam essas pequenas organizações rurais, cujos propósitos se voltam para a promoção do desenvolvimento desses sistemas, bem como entender a capacidade de governança territorial propiciadas pela cooperação e articulação do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara. Para isso, recorre-se ao modelo de análise da CBST, dentro do qual o processo de construção de um sistema de governança territorial, que articule atores públicos, privados e associativos, representa um componente estratégico.

O recorte geográfico da pesquisa é a área de abrangência da Crediseara. A metodologia utilizada consiste em revisão de literatura sobre os temas da CBST e da governança territorial, além de pesquisa documental, que compreendeu consultas a arquivos da Crediseara e, em particular, aos

que tratam do Fórum de Entidades da Agricultura Familiar de Seara e das entidades que o compõem. Essa revisão foi complementada com a realização de cinco entrevistas com atores-chave da Cooperativa e do Fórum, considerado neste estudo como um espaço em construção de um sistema de governança territorial. De forma complementar, entre 2019 e 2021, por meio da utilização da técnica de observação participante, foram acompanhados diversos seminários, reuniões e assembleias realizadas pelo Fórum e pela Cooperativa. É importante destacar, também, alguns vínculos da autoria do artigo com as organizações aqui analisadas, seja no processo histórico de criação da Crediseara, seja participando de atividades de assessoria à Cooperativa, ou ainda por ser originária e residir na região estudada, associado a trabalhos acadêmicos anteriores, com os temas correlatos aqui discutidos.

Além desta introdução e das considerações finais, a estrutura do artigo apresenta três partes. A primeira contextualiza a trajetória histórica do processo de criação da Crediseara. A segunda discute a dinâmica de territorialização de sistemas agroalimentares sustentáveis, e a terceira se volta para a análise da construção social de um sistema de governança territorial por iniciativa da Cooperativa.

A TRAJETÓRIA DA CREDISEARA E A CONCEPÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

No início dos anos 1990, uma articulação entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais de Santa Catarina deu origem a um projeto inovador de apoio à constituição de cooperativas de crédito rural com forte participação de agricultores familiares e suas organizações locais. Esse projeto visava garantir a inclusão financeira de agricultores familiares que estavam sendo excluídos do sistema bancário, de modo a “ampliar e democratizar a utilização de recursos do crédito rural oficial” (Búrigo, 2007, p. 17). O projeto priorizou municípios onde haviam lideranças atuantes em organizações da sociedade civil.

A partir de 1993, organizações de agricultores familiares de Seara e municípios vizinhos, com apoio da Apaco, do Centro de Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, iniciaram atividades nas comunidades rurais com o propósito de criar uma cooperativa de crédito rural. A principal motivação decorria da necessidade de dispor de recursos financeiros que não eram acessíveis nos bancos públicos e privados.

Em 25 de abril de 1994, foi constituída a Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara), tendo iniciado o atendimento ao público em janeiro de 1995. Já nos dois primeiros anos de funcionamento, por meio de uma parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e a Apaco, a cooperativa contou com os serviços técnicos de um agrônomo no acompanhamento das associações existentes nas comunidades rurais e na discussão sobre a implantação de sistemas de produção e

comercialização alternativos. Essa colaboração institucional viabilizou a elaboração de projetos técnicos em torno de diversos sistemas alimentares existentes no território, os quais foram, posteriormente, encaminhados à Cooperativa para serem financiados. Entre eles, cita-se um projeto de seleção e embalagens de ovos, outro para processamento de derivados de leite e, ainda, um entreposto de mel.

Em 1998, fruto de uma decisão adotada em comum acordo com as cooperativas constituídas no mesmo período nos municípios catarinenses de Quilombo e Abelardo Luz, a Crediseara ingressou no Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol). Criado em 1995, no Sudoeste do Paraná, esse Sistema seguiu o modelo catarinense de constituir cooperativas de crédito rural com forte apoio de organizações ligadas à agricultura familiar (Cresol-Crediseara, 2010).

Em 2017, após diversas formas de consultas junto aos associados, os dirigentes da Crediseara optaram por se desvincular do Sistema Cresol para se tornarem “independentes”, ou seja, sem vínculos com sistemas ou cooperativas de segundo grau. Essa decisão se explica, em grande parte, pelo desejo de maior autonomia no que se refere às suas orientações sociotécnicas e políticas. A nova condição jurídica não prejudicou os resultados socioeconômicos da Cooperativa, que continuaram crescentes nos anos seguintes à sua desfiliação do Sistema Cresol. Em 2021, a Crediseara atingiu a marca de 5.785 associados, a maioria agricultores familiares, e obteve uma sobra financeira de, aproximadamente, R\$ 1,98 milhões⁶. Ao atuar como uma cooperativa “independente”, a Crediseara intensificou esforços para atender as demandas dos atores sociais e apoiar as dinâmicas territoriais alinhadas com os preceitos da sustentabilidade existentes em sua área de abrangência.

SISTEMA ALIMENTAR TERRITORIALIZADO: CONSTRUÇÃO SOCIAL DA GOVERNANÇA

A Crediseara ampliou sua base de atuação para outros quatro municípios do entorno de Seara (Arabutã, Arvoredo, Itá e Paial), implementando uma agência de atendimento em cada município. Essa área de atuação conforma uma população de aproximadamente 32 mil habitantes, dos quais mais 17 mil residem no município sede. A Figura 1 ilustra a localização geográfica dos municípios que compõem atualmente o território de abrangência da Crediseara.

⁶ Termo contábil do cooperativismo utilizado para indicar o “lucro” anual auferido por suas diversas atividades. A maior parte das “sobras” é distribuída de forma proporcional entre os associados, conforme sua participação nos serviços financeiros ofertados. Uma parcela possui destinações legais estatutárias com a seguinte proporção: 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), 5% para o fundo de estabilidade e 10% para o fundo de reservas.

Figura 1: Território de abrangência da Crediseara



Fonte: Elaboração dos autores.

A atuação da Crediseara se dá em um território particularmente rural, onde predominam unidades agrícolas familiares, a maioria gerida por descendentes de imigrantes de origem europeia. Para fortalecer os vínculos com sua base social e cumprir os preceitos do sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade –, seus dirigentes incentivam a adoção de projetos alternativos correlacionados aos sistemas alimentares e ao desenvolvimento sustentável do território em que atua. Ao avançar nessa direção, a governança da Crediseara acaba se contrapondo ao isomorfismo institucional de natureza empresarial que se faz presente em muitas organizações cooperativas agropecuárias e financeiras da região.

Do mesmo modo que as grandes empresas e os bancos, essas cooperativas investem em processos de governança e coordenação de cadeias produtivas em que atuam concentrando seus financiamentos em *commodities* e produtos alimentares convencionais (Pereira; Souza; Cário, 2007). Um exemplo desse contra movimento institucional ocorre no suporte dado pela Crediseara à

estruturação de circuitos curtos de comercialização⁷, uma iniciativa que já beneficiou direta ou indiretamente 44 agroindústrias familiares, dentre as quais duas unidades que produzem segundo os preceitos da agroecologia.

A proximidade com municípios maiores, como Concórdia e Chapecó, que possuem, respectivamente, 75 e 227 mil habitantes, beneficia e fortalece a criação de canais de comercialização, como feiras, vendas diretas em domicílios e estabelecimentos comerciais, além de compras diretas nas unidades produtivas. Essa dinâmica territorial própria foi legitimada ao longo dos anos e consiste na mobilização de organizações e lideranças da sociedade civil e fortalecimento de sistemas agroalimentares territorializados.

A adesão dos associados às estratégias de governança e linhas de atuação da Cooperativa voltada ao apoio à produção e comercialização de produtos de qualidade oferece melhores condições ao engajamento de atores territoriais em novas ações coletivas, estabelecendo uma dinâmica virtuosa de desenvolvimento territorial sustentável. Na medida em que ganham expressividade social e econômica, essas iniciativas passam a gerar novas demandas, maior reconhecimento institucional e a demandar políticas públicas direcionadas à construção e fortalecimento de ações em torno de sistemas alimentares territorializados. Como salienta Leloup, Moyart e Pecqueur (2005), o território emerge como uma emanção de atores públicos, privados e associativos, cujas ações de coordenação não podem ser reduzidas a políticas públicas no sentido clássico do termo, mas enquanto uma ação pública de natureza mais ampla.

Os sistemas agroalimentares territorializados representam espaços de trocas, com dinâmicas localizadas, que comportam diversas variáveis atreladas ao consumo alimentar (aspectos culturais, socioambientais, a relação entre produtor e consumidor, etc). Assim, faz-se necessário compreender as estratégias e relações estabelecidas entre os atores sociais que se envolvem nesse processo, o que implica considerar a perspectiva histórica das mudanças e inovações ocorridas no decorrer do tempo (Gonçalves; Cordeiro, 2010; Retière, 2014).

Na década de 2000, a Crediseara, em parceria com a Apaco, fomentou dezenas de projetos de agroindústrias familiares. Na época, houve uma articulação política que culminou com um ato público e a presença, no município, do então Ministro da Agricultura para o lançamento nacional da linha Agroindústria do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Nesse evento, o Banco do Brasil (BB) entregou cheques simbólicos aos agricultores, com a promessa de liberação de recursos aos interessados na construção de agroindústrias familiares. Porém, após o evento, houve resistências do BB para liberar os recursos. Diante desse entrave para financiar os projetos de

⁷ Neste estudo, os circuitos curtos compreendem a Casa Colonial, uma feira semanal e pontos de vendas existentes no município sede e circunvizinhos. Há ainda a comercialização direta nas unidades agrícolas a partir da procura pelos próprios consumidores.

agroindústrias familiares, os dirigentes da Crediseara ofereceram uma garantia financeira ao BB para essas operações. Ainda assim, os pleitos continuaram enfrentando resistência por parte da unidade regional deste Banco, cujos responsáveis questionavam a viabilidade econômica desses projetos e a capacidade técnica dos agricultores para gerir os empreendimentos. Para contrapor a resistência, o principal argumento da Crediseara consistiu em assinalar que se os agricultores conseguiram administrar bem uma organização financeira, teriam também capacidade para gerenciar as agroindústrias familiares. Finalmente, a superintendência regional do BB liberou os financiamentos pleiteados.

Ainda nos anos de 2000, a Cooperativa participou ativamente da discussão para a implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) no município de Seara. Esse Sistema regulamenta o funcionamento das agroindústrias que transformam matérias-primas de origem animal, cujos produtos são comercializados no âmbito do município e do seu entorno. A legislação foi aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores de Seara, mas sua aplicação foi dificultada em termos práticos. Quando o poder público colocou em prática o SIM, os profissionais técnicos responsáveis por esse serviço atendiam de forma prioritária as agroindústrias do campo político partidário, da administração municipal. Diante desse novo impasse, a maioria das agroindústrias familiares apoiadas pela Apaco e Crediseara se credenciou junto ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE). Apesar do SIE ser mais exigente em relação à estruturação física dos empreendimentos e à aplicação de normas sanitárias, sua vantagem é que ele permite a comercialização dos produtos em todo o estado de Santa Catarina (Cresol-Crediseara, 2010).

Desde 2007, as ações da Crediseara nos municípios em que atua passaram a adotar o enfoque da sustentabilidade, a exemplo da produção de alimentos agroecológicos, energias renováveis e tecnologias sociais. Em relação à agroecologia, a Cooperativa apoia a implantação e funcionamento de unidades agrícolas certificadas, tendo nove que já obtiveram o selo definitivo e duas que se encontram em processo de transição. A homeopatia e fitoterapia popular são apoiadas por meio de minicursos, oficinas e troca de experiências entre os agricultores. No que concerne à promoção de técnicas de energias renováveis, diversos projetos foram implementados: silo secador de grãos, sistema de aquecimento solar de água, biodigestor, cisterna e bioconstrução. O uso sustentável de bens comuns consistiu, em especial, na preservação de nascentes de água.

Como o relevo da região é montanhoso, por muitos anos perdurou no pensamento coletivo o entendimento de que a produção de suínos, aves e leite de forma integrada a grandes agroindústrias era a única alternativa econômica viável para a agricultura familiar do território. Por meio de parcerias entre a Cooperativa e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), demonstrou-se aos agricultores a existência de vários tipos de solos e de microclimas favoráveis à implantação de outros sistemas produtivos, como o cultivo de bambu, nozes, pitayas e

outras espécies de frutas. Outra iniciativa técnico-produtiva inovadora da Crediseara teve início em 2009, com a formação de um grupo de associados interessados na criação de bovinos da raça Montbéliard. De origem francesa, essa raça é considerada rústica, além de possuir dupla aptidão produtiva (carne e leite). A proposta ganhou impulso depois que alguns agricultores participaram de um intercâmbio na França. Segundo o relato de agricultores entrevistados, o conhecimento adquirido no intercâmbio resultou em melhorias no rendimento e, sobretudo, no sabor de queijos elaborados a partir do leite cru de animais dessa raça.

Em 2020, a Cooperativa criou o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural que, além das funções sociotécnicas, ficou responsável por assessorar o Programa de Educação da Crediseara. Embora a Cooperativa já tivesse profissionais técnicos em agropecuária desde 2007, esse departamento atua junto aos assalariados da Cooperativa, associados e comunidade em geral, e conta com o orçamento do Fates, que corresponde a 5% das sobras. No último ano (2021), esse fundo foi ligeiramente superior a R\$99 mil reais, o que permitiu autonomia financeira para estimular ações diferenciadas de desenvolvimento rural.

Um evento chave para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável se deu, em 2006, quando a Cooperativa contribuiu na constituição do Sintraf Seara e Região, cuja base sindical abrange quatro municípios (Seara, Itá, Paial e Xavantina). Esse novo sindicato representa uma parcela de agricultores familiares que não se sentiam representados pelo sindicato de trabalhadores rurais já existente, por considerá-lo de perfil conservador e assistencialista na sua forma de atuar. Pouco tempo depois da criação Sintraf, a Cooperativa articulou a formação do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara, uma inovação institucional importante, que pode representar a estruturação futura de um sistema de governança territorial.

DISPOSITIVOS INOVADORES DE GOVERNANÇA TERRITORIAL: O CASO DO FÓRUM DE ENTIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR

A governança territorial se situa no contexto histórico de envolvimento crescente de atores sociais na promoção do desenvolvimento territorial a partir das capacidades de mobilizar e assumir o comando das operações que serão empreendidas (Leloup; Moyart; Pecqueur, 2005). Trata-se, portanto, de uma policentralidade de formas de regulação que abarcam o social, o cultural e o econômico. Esse tipo de governança agrega, ao mesmo tempo, um sistema de gestão de atores sociais e de recursos territoriais. O desafio consiste em passar da gestão de políticas públicas para a ação pública, que, por sua vez, assume formas diversas em cada território (Campagne; Pecqueur, 2014).

Esse tipo particular de governança remete ao inevitável debate da escala territorial considerada ideal. No início da década de 1990, esse tema propiciou um intenso debate no interior da União Europeia (UE), por ocasião da concepção do programa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da

Economia Rural-Leader (Campagne; Pecqueur, 2014). Ao promover territórios que possuem populações que variam entre 5 mil e 100 mil habitantes, o Leader reconhece que diferenças nas escalas territoriais são inevitáveis segundo as particularidades existentes entre e no interior dos países membros da UE. A conclusão sobre esse assunto é bastante genérica e consiste em admitir que o tamanho do território deve ser grande o suficiente para se operar ações diversas de desenvolvimento, mas pequeno o suficiente para que as ações possam ser coordenadas pelos atores territoriais.

Geralmente, esses atores possuem formas organizacionais heterogêneas, o que lhes confere papéis e funções distintas nas dinâmicas territoriais. Em territórios com características rurais, os atores públicos têm como função principal disponibilizar o acesso a bens e serviços públicos, como equipamentos, infraestrutura e serviços, por meio das suas estruturas descentralizadas. Os atores associativos são representados por cooperativas e associações de agricultores, agentes de turismo rural e demais categorias de empreendedores territoriais organizados em alguma estrutura coletiva que os represente. Já os atores privados são os produtores de bens e prestadores de serviços diferenciados que exercem suas funções econômicas dentro de cada território (Campagne; Pecqueur, 2014).

Estudos empíricos em andamento que adotam o enfoque teórico-metodológico da CBST, realizados nas regiões do Extremo-Oeste e Serra de Santa Catarina, indicam que ações de governança territorial são promovidas de forma prioritária por iniciativa de atores públicos, com destaque para as associações e consórcios públicos de municípios e Epagri, mas também por organizações da sociedade civil. No entanto, as ações de maior impacto são aquelas que envolvem parcerias formadas entre essas duas macrocategorias de atores sociais (Tecchio *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2020). No território de atuação da Crediseara, as entrevistas e observação participante indicam que são principalmente as organizações da sociedade civil, na sua maioria ligadas à agricultura familiar, que desempenham esse tipo de protagonismo. Ressalta-se que esse papel de vanguarda na governança territorial se dá também em decorrência de diversas parcerias e negociações com os poderes públicos e outras forças políticas e sociais.

O Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara representa uma estratégia coletiva pela qual as organizações participantes formulam e compartilham demandas a serem negociadas junto ao poder público. Seu principal objetivo tem sido articular distintas organizações da agricultura familiar, algumas circunscritas somente na esfera do território, com o propósito de negociar políticas públicas específicas, sobretudo junto ao poder público municipal e estadual, bem como promover ações coletivas mais específicas que beneficiem os atores envolvidos. Conforme uma liderança entrevistada, “mais vozes” significa mais efetividade nas demandas dos agricultores.

Essa iniciativa de articulação de multiatores converge no sentido de estruturar um sistema de governança territorial que não se limita à capacidade operacional da Crediseara. Embora atue de

forma mais intensa no município de Seara, o Fórum congrega várias entidades de âmbito regional (Apaco, Crediseara, Sintraf e Rede Ecovida de Agroecologia), nacional (MMC e Anafip) e internacional (*Slow Food*), além de integrar atores sociais dos outros quatro municípios que compõem a área de atuação da Crediseara. Ao todo 19 entidades compõem o Fórum, das quais a Apaco, a Crediseara, o Sintraf Seara e Região, a Associação Montbéliard e a Casa Colonial já foram apresentadas anteriormente. As outras 14 organizações que integram o Fórum são as seguintes:

- Três cooperativas: a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Seara (Copafas) e a Cooperativa de Produção e Consumo dos Produtores e das Agroindústrias Familiares de Seara (Coopase) somam 25 agroindústrias familiares associadas, e a Cooperativa de Produção e Consumo Familiar de Seara (Agricooper) faz a compra de insumos para agricultores familiares;
- Duas organizações de mulheres rurais: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de abrangência nacional e a Associação de Mulheres Agricultoras de Seara (AMAS), uma associação local;
- Duas fortalezas do *Slow Food*: o Convívio Verde Seara do *Slow Food* valoriza a diversidade alimentar e cultural, bem como o resgate da cultura alimentar saudável e sementes crioulas, assim como a Fortaleza de Queijos de Leite Cru do *Slow Food*, que é a primeira constituída no Brasil e articula os produtores de queijo de leite cru;
- Um Grupo Micro Regional da Rede Ecovida (Sabor da Natureza);
- Uma Rota de Turismo Rural, Sabores e Saberes no Vale das Borboletas, que prevê visitas em estabelecimentos agroecológicos e espetáculos em um teatro rural. A menção ao Vale das Borboletas faz referência ao entomologista e botânico Fritz Plaumann e ao Museu que leva seu nome, localizado no município de Seara;
- A Pastoral da Juventude de Seara;
- Uma Casa Familiar Rural (Escola Rural);
- A Associação Nacional de Fitoterapeutas, Psicanalistas e Produtores de Florais Populares, Tradicionais e Culturais do Brasil (Cuidar da Saúde - Anafip), que atua na saúde popular;
- O Grupo BambuSol: que reúne 25 famílias de agricultores que cultivam bambu utilizado na confecção de artesanato, móveis, construções e alimentos;
- Uma associação que produz artesanato denominada Arte da Roça.

Segundo uma liderança entrevistada, a primeira ação coletiva do Fórum ocorreu em 2008, durante o I Seminário da Agricultura Familiar no município de Seara, quando foi entregue aos candidatos que concorriam ao cargo de prefeito municipal da época uma pauta de reivindicações de políticas públicas para agricultura familiar, para o quadriênio 2009/2012. Entre as principais

reivindicações constavam a criação de um conselho municipal de gestão dos recursos da agricultura, com caráter deliberativo, a participação das organizações do Fórum, o aumento do orçamento público destinado à agricultura familiar e a constituição de uma equipe multidisciplinar de assistência técnica. A pauta previa ainda maior incentivo de ações relacionadas à comercialização, produção vegetal e animal, agregação de valor, serviços rurais, agroturismo, licenciamento ambiental, entre outras. Conforme o coordenador do Fórum, essa iniciativa visou influenciar a agenda pública voltada para o meio rural, mas seus resultados foram efêmeros por diversas razões, a exemplo da falta de um acompanhamento sistemático das organizações sociais junto ao poder público.

Uma das reivindicações atendida foi a contratação, pela prefeitura de Seara, de um técnico para assessorar as agroindústrias familiares. A troca de mandatos de prefeitos encerrou o acordo, mas a presença desse técnico durante alguns anos foi fundamental para a estruturação do Fórum e encaminhamento de parte de suas ações. Embora os agentes públicos não participem enquanto integrantes formais do Fórum, o principal propósito dessa articulação consiste justamente em estreitar relações e demandar distintas formas de apoio dos serviços públicos presentes no território, região e mesmo de outras esferas. Para tanto, essa iniciativa estabelece acordos e parcerias com a Epagri, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, Universidade Federal da Fronteira Sul (*Campus* Chapecó), Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Instituto Federal Catarinense (*Campus* Concórdia), Universidade Federal de Santa Catarina e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além disso, mantém contato com veículos de comunicação de Seara (duas rádios e um jornal), cujo alcance ultrapassa os limites geográficos do município. Ainda vale destacar que as Igrejas Católica e Luterana cumprem o papel de respaldar as ações realizadas pelo Fórum, sobretudo as que se referem à juventude e à preservação do meio ambiente.

A partir da observação participativa da última assembleia do Fórum, realizada em junho de 2021, e das entrevistas, pode-se afirmar que esse espaço se aproxima da função preconizada pelo enfoque da CBST, no que se refere à construção de um sistema de governança territorial, que articule atores privados, públicos e associativos (Campagne; Pecqueur, 2014). Nesse sentido, quatro aspectos modulam o significado do conceito de governança: i) o policentrismo institucional, segundo o qual o poder de decisão e de execução é compartilhado entre diferentes organizações; ii) uma fronteira fluida entre público e privado, com a inclusão de atores da sociedade civil nos processos de decisão; iii) a dimensão processual da ação governamental importa tão ou mais que os conteúdos específicos das políticas públicas; iv) instrumentos de ação pública menos restritivos e concebidos de forma horizontal e cooperada (Le Gales, 2014).

Para divulgar suas diversas frentes de atuação, a comunicação entre as organizações que participam do fórum se faz a partir de atividades efetivas, com destaque para as seguintes: todos os sábados, veiculam na rádio local o Programa da Agricultura Familiar, com duração de dez minutos;

reuniões periódicas de lideranças do Fórum, que durante a pandemia se transformaram em *lives*; assembleias do Fórum; feiras locais e encontros casuais no espaço da Casa Colonial. Desde 2015, a ação mais expressiva consiste na organização da Campanha Setembro Verde⁸. O evento foi institucionalizado por uma lei municipal, cujo tema permanente é “Alimentação Saudável e Consumo Consciente”. Essa campanha é editada anualmente e prevê as seguintes ações: seminário de lançamento, entrevistas nos veículos de comunicação, jornada da saúde, trilha ecológica, palestras em escolas, oficinas diversas e um seminário de encerramento. As temáticas discutidas se voltam à promoção de políticas públicas de produção de alimentos e de consumo consciente. Segundo um dos organizadores, a mensagem que se quer difundir se resume em “consume alimentos produzidos no local, no território”.

Como ressaltou o coordenador do Fórum, a Campanha Setembro Verde alavancou o Fórum, pois esse espaço, a cada ano, envolve mais a comunidade local. O debate de diferentes conteúdos em cada edição propicia à população uma maior consciência sobre a importância de determinadas organizações que atuam no território. Esse é o caso da Casa Colonial, que comercializa produtos da agricultura familiar e, em especial, das agroindústrias familiares existentes no território. Segundo a coordenadora desse canal de comercialização, nos últimos anos, a demanda aumentou, o que incrementou a oferta de produtos pelos agricultores familiares e tornou o espaço físico da Casa insuficiente.

Para Marques e Melo (2009), em contextos de “crise”, os agricultores familiares reagem, realizando arranjos para assegurar sua reprodução social. Uma análise criteriosa da “realidade do Oeste de Santa Catarina permite constatar que os agricultores familiares e suas organizações não estão imobilizados diante da crise e grande parcela deles está construindo estratégias de reação e adaptação ao ambiente socioeconômico considerado hostil” (Marques; Melo, 2009, p. 4).

Como o Fórum não possui regras formais, a exemplo de estatuto ou regimento interno, a maior parte das suas ações depende de demandas circunstanciais, ficando inclusive inativo em certos períodos do ano. Segundo um assessor da Crediseara, “às vezes, inclusive, tem momentos em que ele não flui. Porque tem certa naturalização, então tem momento em que ele não flui tudo como a gente quer”. Como a articulação das ações fica a cargo de dirigentes da Crediseara, essa centralidade é vista como um problema por este assessor, pois “criou uma dependência da Cooperativa. A Crediseara foi a grande fomentadora, mas não é tão bom assim, se, por exemplo, se a Crediseara sair fora, o Fórum não consegue sobreviver. [...] Precisa movimentar o coletivo”. Apesar de o Fórum ficar inativo em alguns períodos, as diversas organizações que o compõem permanecem atuantes, suas ações são

⁸ O nome dessa campanha é uma referência ao início da primavera no Brasil, considerada uma estação de renovação da natureza. Esta referência também está relacionada à formação política dos atores que se deu, muito, no âmbito da Igreja e da Teologia da Libertação.

constantes e diversas articulações casuais acontecem por meio de interações propiciadas por atividades cotidianas. Percebe-se, no depoimento acima, um protagonismo da cooperativa de crédito na articulação e funcionamento do Fórum. Ou seja, a Crediseara cumpre a função de organização líder nesse processo.

A existência de um líder é indispensável ao desenvolvimento de ações coletivas de massa (Agrikoliansky, 2020), porém não é suficiente, uma vez que, para que uma mobilização ocorra, é necessário, entre outros fatores, um contexto propício da pré-existência de grupos organizados e o compartilhamento de uma identidade coletiva (Lerbach, 2012). No território de abrangência da Crediseara, há muitas lideranças que foram formadas nas Comunidades Eclesiais de Base, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Isso é uma das explicações para a existência de um “celeiro de lideranças” que constituíram a Crediseara e, atualmente, atuam nas 19 organizações da sociedade civil que integram o Fórum. Há um processo de renovação de lideranças em curso, mas isso não significa que essa inovação na governança não esteja ameaçada pelas dificuldades em relação à sucessão no interior das unidades agrícolas familiares.

Além dessa trajetória de dependência em relação à organização que coordenou a sua criação e apesar de agrupar organizações com distintas áreas temáticas e abrangências geográficas, as suas ações ainda se concentram no município de Seara, com esforços pontuais para incluir coletivos de municípios do entorno, de forma a conceber projetos e atividades intermunicipais. Um ponto a se destacar é que as organizações que participam do Fórum possuem visões e vinculações políticas distintas, fator que não impede o funcionamento do Fórum e ações coletivas. O elemento agregador reside no propósito de valorizar os produtos e a agricultura familiar.

As ações articuladas e implementadas a partir desse espaço coletivo indicam a capacidade da categoria de agricultores familiares de se (re)organizarem para discutir assuntos que extrapolam os interesses exclusivos dessa categoria socioprofissional. Apesar de suas limitações, o Fórum amplia socialmente a discussão sobre a importância da agricultura familiar, agroecologia e, sobretudo, da qualidade dos alimentos produzidos no território, notadamente para a população urbana. Ao articular ações entre distintas categorias de atores sociais, mobilizar mecanismos e estruturas para incorporar o material e o simbólico a produtos e serviços territoriais de qualidade diferenciada, os integrantes do Fórum adotam alguns preceitos do enfoque da CBST, a partir de um franco processo de negociação e articulação institucional. A construção de um sistema de governança territorial compartilhado entre atores públicos, privados e associativos, que exercem funções distintas, mas integrativas e complementares, representa o nó górdio do estilo de desenvolvimento territorial preconizado pelo enfoque da CBST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Crediseara, ao se preocupar com a condição atual e futura do território onde atua, assumiu um papel inovador. Sua conduta confirma que as organizações cooperativas financeiras reúnem as condições materiais para não se limitar a ações de prestação de serviços e produtos bancários, atribuindo uma conotação mais ampla à sua condição de agente de desenvolvimento sustentável. As práticas e habilidades geradas desde a sua constituição indicam que a Cooperativa conseguiu manter coerência e proximidade com os princípios e valores cooperativos, respeitando os interesses de sua base social. Sua trajetória também comprova que, para obter viabilidade econômico-financeira, a cooperativa pode construir estratégias próprias de gestão, sem precisar recorrer ao isomorfismo institucional e adotar uma visão utilitarista da ação coletiva, pela qual o sucesso de uma cooperativa é medido somente por critérios derivados de seus resultados financeiros e mercantis. No caso da Crediseara, o seu sucesso parece ser medido também a partir dos retornos sociais, ambientais e econômicos que ela está gerando para o quadro social e para o território onde atua.

No que se refere aos desafios para se avaliar a construção de um sistema de governança territorial, a análise das experiências empreendidas pela Crediseara e pelo Fórum de Entidades da Agricultura Familiar, aponta que é necessário se desvencilhar de formulações idealizadas e normativas sobre esse assunto, a exemplo de conselhos de desenvolvimento territorial preconizados pela política pública federal, vigente no Brasil entre 2003 e 2016. Para avançar nessa reflexão, é importante compreender o percurso histórico dos atores mobilizados, tendo em conta as institucionalidades próprias do território. Em outras palavras, o caso aqui analisado revela que esse sistema não corresponde ao que o senso comum e muitos operadores e teóricos do desenvolvimento imaginam ou propõem. Revela que esse processo pode ocorrer mesmo sem a existência de conselho territorial, cujos integrantes, de forma altruísta ou derivada de deliberações governamentais, se reúnem sistematicamente para negociar e planejar estratégias de ação coletiva e para elaborar projetos de desenvolvimento territorial. Ao contrário, a governança territorial parece se estruturar mais a partir de ações cotidianas de dirigentes de entidades da sociedade civil e públicas, inclusive de suas organizações coletivas, do que propriamente segundo uma agenda pré-concebida. Destaca-se que muitas lideranças que coordenam essas instituições são oriundas das Comunidades Eclesiais de Base, ou seja, foram formadas para atuar enquanto sociedade civil que cobra apoio do Estado.

O Fórum organizado por iniciativa de dirigentes da Crediseara corrobora essa constatação. A governança territorial, um dos componentes do enfoque da CBST, a exemplo do próprio conceito de território, é o resultado de uma construção social dinâmica, que se conforma e se reestrutura constantemente ao longo do tempo, segundo o jogo de coalizões de atores implicados na apropriação e valorização de recursos territoriais. Esses atores sociais aprendem a fazer governança

a partir das iniciativas práticas que empreendem e que exigem algum tipo de negociação política com outros atores que participam do campo do desenvolvimento.

A passagem do confronto político permeado por posições sectárias das partes envolvidas para uma dinâmica de negociação e concertação demanda um aprendizado na arte de mediação de situações conflituosas típicas das ações de desenvolvimento (Hirschman, 1996; Olivier de Sardan, 1995). Esse parece ser o caso da coexistência dentro do Fórum de duas cooperativas de agroindústrias familiares com posicionamentos político-partidários contrastantes, mas que se articulam para compartilhar, dentre outros aspectos, o uso do espaço de comercialização da Casa Colonial e o saldo político da Campanha Setembro Verde.

A experiência de governança territorial analisada neste artigo apresenta diversas lacunas em relação ao sistema preconizado, em particular, pelo enfoque da CBST. Uma delas reside no fato de a maior parte das ações e negociações políticas com os agentes públicos se dar segundo interesses dos atores sociais do município polo. As outras municipalidades da área geográfica de abrangência da Crediseara praticamente não integram as articulações e iniciativas levadas a cabo pelo Fórum. Essa limitação se expressa inclusive na denominação dessa instituição de governança que menciona exclusivamente o município de Seara. Ou seja, o Fórum não foi concebido na sua origem para atuar na escala territorial, limitando-se a um município.

Outro aspecto que não corresponde aos preceitos idealizados de um sistema de governança territorial diz respeito à intersetorialidade do desenvolvimento territorial. O Fórum representa um espaço de articulação política de organizações sociais da agricultura familiar, sem maiores aberturas para a participação de outras categorias socioprofissionais. Essa limitação precisa ser relativizada, pois se trata de um território com fortes características rurais, onde a agricultura familiar ocupa um destacado protagonismo socioeconômico. De toda forma, persistem dúvidas se outros atores poderiam integrar esse espaço, a exemplo de representantes de consumidores e de outros canais de comercialização de produtos diferenciados da agricultura familiar. O mesmo raciocínio se aplica para a participação de representações dos assalariados rurais, como daqueles que trabalham em uma grande agroindústria existente em Seara, e de populações historicamente invisibilizadas nas dinâmicas de desenvolvimento do oeste catarinense. Esse é o caso dos habitantes da Terra Indígena Toldo Pinhal, existente em Seara, completamente ausentes de qualquer iniciativa de inclusão social.

Apesar dessas limitações, o Fórum representa um espaço em processo de construção de um sistema de governança territorial, que procura articular um conjunto de organizações sociais com vistas a negociar pautas de políticas públicas, além de fomentar um debate com segmentos urbanos sobre a qualidade da alimentação e da sustentabilidade do desenvolvimento de forma mais abrangente. Nesse espaço, uma riqueza de pequenas organizações sociais, a maioria desconhecida do grande público, reitera demandas e ações políticas empreendidas por um coletivo territorial imbuído

em construir esse estilo diferenciado de desenvolvimento. Por fim, ao apostar na construção dessas novas institucionalidades, visando valorizar produtos e serviços territoriais de qualidade, a iniciativa do Fórum demonstra também exemplos concretos de como as ações coletivas podem desencadear novas formas de produção e hábitos de consumo, gerando assim sistemas alimentares mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- AGRIKOLIANSKY, É. Leaders. In: FILLIEULE, O.; MATHIEU, L.; PÉCHU, C. (Dir.). *Dictionnaire des mouvements sociaux*. Paris: Presses de Sciences Po, 2^e éd., 2020. p. 344-349.
- BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007.
- BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (Org.). *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial: Une réponse émergente à la mondialisation*. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014.
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020.
- CRESOLCREDISEARA. Cresol-Crediseara: uma experiência de crédito com desenvolvimento e articulação local. In: MAGRI C. L.; RISSON C.; FLACH A. A. B.; JUNIOR E. G. (Org.). *Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas*. Passo Fundo: IFIBE, 2010.
- GONÇALVES, T. R. Z.; CORDEIRO, E. F. Os desafios na construção de Sistemas Alimentares Territorializados (SALT's) para a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável: estudos de casos do litoral Centro-sul de Santa Catarina e região Oeste do Paraná, Brasil. In: *Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural*. Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.
- HIRSCHMAN, A. O. Os conflitos sociais como pilares das sociedades de mercado democráticas. In: HIRSCHMAN, A. *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LE GALES, P. Gouvernance. In: BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. (Org.). *Dictionnaire des politiques publiques*. 4. ed. Paris: Sciences Po Les Presses, 2014. p. 299-307.
- LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? *Géographie Économie Société*, v. 7, n. 4. 2005.
- LERBACH, B. C. Liderança e movimentos sociais: apontamentos sobre a importância da ação do líder. *Simbiótica*, v. ún., n. 01., p. 136-156, 2012.
- MARQUES, F. C.; MELO, M. A. Produção de Novidades: desvios da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. In: *47º Congresso da SOBER*, 2009.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.
- OLIVIER DE SARDAN J.P., Anthropologie et développement: essai en socioanthropologie du changement social. *Marseille-Paris: Apad-Karthala*, 1995.

- PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001.
- PEREIRA, L. B.; SOUZA, J. P.; CÁRIO, S. A. F. Elementos básicos para estudos de cadeias produtivas: tratamento teórico-analítico. In: PRADO, I. N.; SOUZA, J. P. *Cadeias produtivas: sobre competitividade e coordenação*. Maringá: Eduem, 2007.
- RETIÈRE, M. G. *Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas*. 2014, 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.
- SENNET, R. *Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SOUZA, L. M.; TECCHIO, A.; CAZELLA A. A.; TURNES V. A. A marca territorial Sabor Serrano: interfaces entre agroindústrias familiares e desenvolvimento territorial. In: *58º Congresso da Sober*. Brasília, 2020.
- TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *RPPR*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1- 20, 2021.